



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

30/09/2016

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. CONVÊNIOS.....	1 - 2
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	3
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. DECISÕES.....	4
2.2. VARA CRIMINAL.....	5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. COMARCAS.....	6
3.2. ESMAM.....	7
3.3. JUÍZES.....	8
3.4. PLANTÃO NO TJMA.....	9
4. JORNAL EXTRA	
4.1. VARA CRIMINAL.....	10
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. CONVÊNIOS.....	11 - 12
5.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	13
5.3. PLANTÃO NO TJMA.....	14
5.4. POSSE.....	15
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. CONVÊNIOS.....	16 - 19
6.2. CORREGEDOR (A).....	20
6.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	21
6.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	22
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. CONVÊNIOS.....	23
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	24 - 25
8.2. CORREIÇÕES.....	26
8.3. DESEMBARGADOR.....	27
8.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	28
8.5. PLANTÃO NO TJMA.....	29
8.6. POSSE.....	30

POLÍCIA

Força-tarefa garante aumento do efetivo durante as Eleições

Desde a última quinta-feira (29), mais policiais estão nas ruas para garantir a segurança da população e coibir crimes eleitorais em todo o estado. - *Pag. 7*

Força-tarefa garante aumento do efetivo policial nas ruas durante as Eleições 2016

Desde a última quinta-feira (29), mais policiais estão nas ruas para garantir a segurança da população e coibir crimes eleitorais em todo o estado. Por meio de parceria entre as polícias Civil, Militar e o Exército Brasileiro, além da convocação de militares lotados em cargos administrativos e oficias que estariam de folga para cumprir jornada extra operacional remunerada, a Operação 'Eleições 2016' receberá um aumento no efetivo policial para apurar denúncias e coibir eventuais práticas ilícitas. Ontem, o governador Flávio Dino ainda solicitou ao governo federal o envio de mais tropas para o reforço do policiamento.

A Operação 'Eleições 2016' foi deflagrada no período pré-eleitoral, apurando denúncias de compra de voto, pistolagem e agiotagem no estado, em consórcio com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e Ministério Público (MP-MA).

"A segurança nas eleições começa bem antes, com planejamento e início das operações para coibir a presença de pistoleiros nas cidades, imposição de votos à população e atentados contra candidatos", disse o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Frederico Pereira.

Mais policiais nas ruas

O aumento do efetivo policial nas ruas é garantido por meio da convocação de oficiais (tenentes, capitães, majores e coronéis) e praças



Polícia Militar promove revezamento de comandantes

(soldados, cabos, sargentos e subtenentes), incluindo militares de funções administrativas e aqueles que estariam de férias, para reforço do contingente policial que deverá atuar nas ruas no dia de votação. "O efetivo escalado para operar no período de votação irá garantir eleições limpas sem prejuízo ao patrulhamento policial realizado normalmente", disse coronel Pereira. "A população pode se tranquilizar, porque estará protegida".

O trabalho de patrulha e fiscalização das eleições realizado pelos militares recebe, ainda, contribuição de agentes da Polícia Civil e do Exército

Brasileiro, compondo uma força-tarefa para garantia de segurança na Grande Ilha e no interior do Maranhão. "Trata-se de uma parceria antiga, realizada com o objetivo de dar condições ao cidadão para exercer o direito do voto sem ser coagido", ressaltou comandante da PM.

Revezamento

Para garantia de proibição nas fiscalizações, a Polícia Militar promove revezamento de comandantes, oficias e praças, com a finalidade de evitar favorecimento indevido das forças de segurança a determinados candidatos municipais.

"A política, sobretudo no interior, é muito cheia de pai-

xões. O rodízio é importante para evitar que o policial, um servidor público, se envolva na disputa eleitoral e venha ser acusado futuramente por crime eleitoral. Nesse sentido, é uma decisão tomada em defesa do próprio agente militar", explicou Pereira.

As estratégias da Operação 'Eleições 2016' são traçadas de forma autônoma pelos comandantes da PM em cada município, mas cumprem um padrão operacional que inclui policiamento próximo às zonas eleitorais, patrulhas nos bairros e povoados, abordagem a indivíduos suspeitos e apuração de denúncias de fraudes de crimes eleitorais.



CORREIO CLIPPING

Notícias das Agências e Assessorias de Comunicação

Corregedoria assina Termo para garantir cumprimento de alvarás de soltura

Na manhã de quinta-feira (29) - durante reunião realizada na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) - foi assinado Termo de Cooperação Técnica com a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/MA) e Delegacia Geral de Polícia Civil que tem por objeto a troca de informações entre as instituições para facilitar, agilizar e dar mais segurança ao cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas autoridades judiciárias, mediante a utilização do sistema Hermes (Malote Digital). Dessa forma, o cumprimento dos mandados ocorrerá no prazo máximo de 24h.

O documento foi assinado pela corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, desembargador Froz Sobrinho (Coordenador Geral da UMF), Murilo Andrade (Secretário de Administração Penitenciária), Jefferson Portela (Secretário de Segurança Pública), e pelo delegado-geral Lawrence Pereira.

A Corregedoria Geral da Justiça disponibilizará, mediante prévio cadastramento, o acesso ao "Malote Digital", possibilitando o recebimento eletrônico de alvarás de soltura. A execução

da cooperação técnica não implica em gastos para nenhuma instituição parceira, e prevê a comunicação oficial entre as Justiças de 1º e 2º graus e o Poder Executivo por meio da SEAP e SSP.

A corregedora Anildes Cruz ressaltou a grande satisfação de estar contribuindo para o aperfeiçoamento da comunicação entre a Justiça e o Sistema de Segurança do Estado. "O Poder Judiciário, ora representado pela Corregedoria e Tribunal de Justiça, estão unidos em busca do bem-estar e segurança da sociedade. O alvará por via eletrônica é mais uma ação positiva da gestão compartilhada por nós trabalhada desde o início do ano", ressaltou a corregedora.

O desembargador Froz Sobrinho afirmou que o trabalho da UMF/TJMA tem sido no sentido de diminuir a criminalidade no Maranhão, e aperfeiçoar as ações do Judiciário em parceria com o Sistema de Segurança do Estado, para dessa forma, reparar possíveis injustiças que sejam cometidas. "O objetivo dessa cooperação é a integração e o combate à criminalidade, e mais, a garantia e proteção dos direitos fundamentais do preso".

Jefferson Portela, secretário de Segurança, observou que o que termo assinado representa uma ação de preservação de

direitos, que visa dá chance àqueles que feriram outrora as regras de convívio social. "Nosso objeto central é combater o crime, mas observando o Estado de Direito", completou o secretário.

O secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, ressaltou a importância do termo destacando que a SEAP será a mais beneficiada com essa ação do Poder Judiciário. "A disponibilização desses documentos via sistema digital proporcionam total segurança no cumprimento de alvarás de soltura", assinalou Murilo Andrade.

Para o delegado-geral Lawrence Pereira, com o compartilhamento de informações pelo sistema Malote Digital a Polícia Civil ganha agilidade na realização das operações.

O juiz auxiliar da CGJ, Gláston Cutrim (Planejamento Estratégico), ressaltou que o sistema é seguro e será de grande importância na atuação dos magistrados.

Também estiveram presentes na assinatura do documento os juizes José Américo Abreu Costa e Sara Gama, auxiliares da Corregedoria; Fernando Mendonça, da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís; e o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior.

Justiça determina prisão do ex-prefeito de Sucupira do Norte

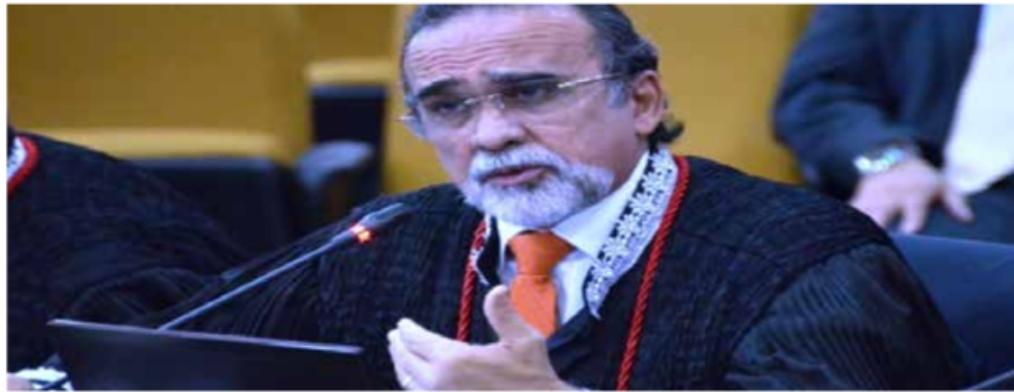
Os desembargadores da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) rejeitaram – por unanimidade – recurso de apelação criminal contra sentença proferida pela juíza titular da Comarca de Sucupira do Norte, Gisa Fernanda Nery Mendonça, que condenou o ex-prefeito do município, Benedito Sá de Santana, a 11 anos e quatro meses de prisão. O processo foi julgado pelo colegiado sob a relatoria do desembargador José Luiz Almeida, que determinou a prisão do ex-prefeito, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Enquanto prefeito do município, Benedito Sá de Santana teve a prestação de contas do exercício financeiro de 2007 rejeitada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), em razão de várias irregularidades, incluindo desvios de recursos públicos, dispensa de licitação fora das regras previstas em lei e emissão de documento falso.

No recurso interposto junto ao Tribunal de Justiça, Benedito Sá alegou que as provas reunidas no processo não são suficientes para demonstrar a autoria e materialidade delitivas (existência de elementos físicos que constata a ocorrência do delito) dos crimes imputados a ele quando exercia o cargo de prefeito de Sucupira do Norte.

Aponta ausência de trânsito em julgado (decisão judicial da qual não se pode mais recorrer) dos acórdãos do TCE que serviram de base para a denúncia do Ministério Público do Maranhão (MPMA) e atipicidade (quando o fato não possui todos os elementos legais para se constituir em um delito) quanto ao crime de dispensa de licitação, ante a ausência de dolo (procedimento fraudulento) específico e dano ao erário.

Pugna pela a sua absolvição e, subsidiariamente, pede que seja reduzida a condenação, com a modificação do regime inicial de cumprimento de pena, anulando a multa, ou reduzindo o seu valor, em razão de inexistência de provas que apontem para a



prática do delito.

O desembargador José Luiz Almeida rejeitou todas as alegações da defesa e afirmou que, na condição de prefeito municipal, Benedito de Sá desviou recursos públicos e se omitiu quanto ao dever de realizar licitação, além de utilizar documento que sabia ser falso.

Quanto à suposta ausência de dolo específico, por não ter ficado supostamente demonstrada a intenção do ex-prefeito de causar prejuízo efetivo ao erário, o relator frisou que esta argumentação não se sustenta. De acordo com o magistrado, o dolo ficou evidenciado e caracterizado pela consciente vontade do ex-prefeito de incorporar ao seu patrimônio verbas públicas, se apropriando destas e apresentando gastos com despesas que não foram comprovadas no processo e nem na apresentação da prestação de contas do acusado junto ao TCE/MA.

Em relação à alegação de que inexistente prova do trânsito em julgado das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas, o desembargador ressaltou que os processos foram julgados entre os anos de 2009 e 2010, não tendo a defesa apresentado na época qual-

quer documento que demonstrasse seu inconformismo em relação aos referidos acórdãos (decisão do órgão colegiado de um tribunal), que sob o ponto de vista legal não são imprescindíveis para a prolação da sentença condenatória.

No que diz respeito ao pedido de redução da condenação e de alteração do regime de cumprimento de pena pela suposta inexistência de provas que apontem para a prática do delito, o magistrado apontou que o conjunto probatório (verdade real dos fatos) constante nos autos revela-se suficiente para a manutenção da condenação, não havendo, de igual modo, qualquer ilegalidade ou desproporção no estabelecimento da pena, uma vez que na sua aplicação foram observados todos os critérios estabelecidos em lei.

A decisão do colegiado acompanhou parecer da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) e recebeu manifestação do desembargador Raimundo Melo, que enfatizou a necessidade de contundente reação institucional contra fraudes cometidas criminosamente por gestores na administração pública, comprometendo o sistema democrático. (Assessoria de Comunicação do TJMA)

Itinga do Maranhão - Acusado de homicídio é condenado a 15 anos de reclusão

“Deixo de conceder ao réu o benefício de recorrer em liberdade, por entender que estão presentes os requisitos da prisão preventiva” declara a magistrada na sentença

Em júri promovido pela comarca de Itinga do Maranhão no último dia 21, o réu Sidney Moura do Nascimento foi condenado a 15 anos de reclusão por homicídio qualificado cometido contra uma criança de 05 (cinco) anos. De acordo com a denúncia, o crime ocorreu no dia 22 de agosto de 2010, por volta das 0h30, em um assentamento na zona rural do município. Ainda segundo a denúncia, a criança brincava em frente à casa onde morava, próxima à mãe, quando foi atingida na cabeça por um tiro de espingarda disparado pelo acusado contra desafetos que se encontravam em uma festa que acontecia perto do local. Segundo os autos, o réu, que se encontrava sob efeito de álcool, fugiu após o ocorrido. A pena deve ser cumprida em regime inicialmente fechado.

Presidiu o julgamento a juíza Alessandra Lima Silva, titular da comarca. A magistrada negou ao réu o direito de responder em liberdade.

Também presidido pela juíza, o júri do promovido pela comarca no último dia 19 terminou com a condenação de Adriano da

Conceição Moura a 19 anos de reclusão em regime inicialmente fechado. O réu respondeu pela acusação de estupro seguido de morte que teve como vítima V. C. F. Apesar de devidamente intimado por edital, o réu não compareceu ao julgamento.

De acordo com os autos, o crime se deu no dia 22 de agosto de 1999, por volta das 15h, em um riacho localizado no povoado Paulistão, no município, quando o denunciado, após constranger a vítima à conjunção carnal, estrangulou-a.

“Deixo de conceder ao réu o benefício de recorrer em liberdade, por entender que estão presentes os requisitos da prisão preventiva, dentre eles a garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal com fulcro no art. 132 do Código de Processo Penal, haja vista a gravidade em concreto dos delitos praticados, o tipo e a quantidade de pena aplicada ao acusado, bem como pelo fato de que o acusado encontra-se em local incerto e não sabido, o que compromete a aplicação da lei penal”, declara a magistrada na sentença. (TJMA)

Comarca de Itapecuru-Mirim adere ao “Setembro Amarelo”

Com o tema “O valor da vida”, ação de valorização da vida e prevenção ao suicídio é promovida pelo TJMA; Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) participa da iniciativa

ITAPECURU-MIRIM

A Comarca de Itapecuru-Mirim aderiu à campanha Setembro Amarelo, de valorização da vida e prevenção ao suicídio, promovida pela Unidade de

Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão. O evento de adesão ocorreu na terça-feira, 27.

Com o tema “O valor da vida”, as ações tiveram o apoio da Associação

de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) e da Unidade Prisional de Recuperação do município. Os eventos ocorreram na sede da APAC e na UPR, reunindo cerca de 50 pessoas, incluindo autoridades, servidores e internos dessas unidades. Os participantes foram recepcionados com folders, cartazes e com um laço amarelo.

A juíza da comarca, Mirella Freitas, ressaltou a importância da te-

mática e destacou a iniciativa do Poder Judiciário em promover o bem-estar social da população carcerária, bem como o trabalho levado à frente pelo desembargador Froz Sobrinho, Coordenador-Geral da UMF.

Palestra

Durante a ação, o psicólogo Paulo Siqueira Rodrigues, da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) do TJMA, proferiu as palestras sobre a temática “A vida vale mais”, acerca de experiências vividas ao longo da vida dos internos e demais participantes, com destaque para as experiências da infância.

Rodrigues destacou, ainda, a importância da valorização da história de vida de cada pessoa, para que consigam superar traumas e se posicionar com mais leveza diante dos problemas existenciais.

A campanha “Setembro Amarelo” deve ser adotada de forma permanente pela UMF, que protagonizou em sua programação a assinatura de um protocolo de intenções com parceiros institucionais públicos e privados, cujo objetivo principal é a criação de uma rede de prevenção ao suicídio. ●

TJMA promove Curso de Gestão de Contratos

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, destacou a preocupação do Judiciário em qualificar os servidores responsáveis pela fiscalização de contratos

Cerca de 100 servidores do Judiciário foram capacitados na área de gestão e fiscalização de contratos administrativos durante curso ministrado pelos advogados e servidores do Tribunal de Contas da União (TCU), Luis Felipe Simões e Erivan Pereira de França, em dois módulos, sendo o primeiro nos dias 19 e 20 de setembro, e o segundo, nos dias 27 e 28.

A capacitação – realizada em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), responsável pelas inscrições e certificação – ocorreu no auditório do Centro Administrativo, para servidores do TJMA, Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) e Secretaria de Estado de Educação (Seduc).

Durante o treinamento, eles falaram do papel dos servidores no encaminhamento e conclusão do processo e das rotinas que envolvem a contratação, como o planejamento, projeto básico e termo de referência.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, enfatizou a preocupação do Judiciário em qualificar, de forma segura e com propriedade, os servidores responsáveis

pela fiscalização de contratos.

Etapas

A primeira etapa do treinamento abordou a execução contratual, abrangendo a vigência, prorrogação, alteração, subcontratação e a rescisão. Além da responsabilidade

Curso foi realizado com a Esmam

Cerca de 100 servidores foram capacitados

da administração na terceirização de serviços, foi discutido também no treinamento a fiscalização do cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias

da contratada, entre outros procedimentos administrativos.

A capacitação foi coordenada pela Diretoria Administrativa, por meio da Coordenação de Licitação e Contratos e da Divisão de Contratos e Convênios. Para a Diretora Administrativa, Socorro Sousa, o treinamento serviu para atualizar conhecimentos e fomentar as ações voltadas para gestão e fiscalização de contratos.

Na opinião de Luis Felipe Simões, a capacitação serve como ferramenta para a administração na definição de setores e pessoas responsáveis por cada etapa da contratação. “A capacitação serve também como instrumento para que os servidores percebam o seu papel e a sua importância dentro de todo o processo”, salientou.

Melhoras

Na avaliação do coordenador de Licitações e Contratos, Wherbeth Silva, o treinamento vai proporcionar mais qualidade aos Termos de Referência e Projetos Básicos, além de minimizar o retorno dos processos.

A servidora Thaise Souza afirmou que o curso foi de grande relevância para as rotinas administrativas que envolvem os contratos da Assessoria de Comunicação. ●

Divulgação



Curso de gestão e fiscalização de contratos reuniu dezenas de servidores do Tribunal de Justiça do MA

SERGIO MUNIZ

Desembargadores ou juízes eleitorais?

Em dezembro de 2013, após quatro anos de incansável dedicação ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão - TRE/MA, me tornei o membro que mais julgou na história daquela Corte, tendo produzido mais de 1.227 decisões, das quais apenas uma foi revista pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, o que me leva a acreditar que fiz, juntamente com meus pares, um bom trabalho.

Pouco antes de sair, propus aos membros que se corrigisse um equívoco que entendia haver na forma como eram chamados os integrantes daquele colegiado. Entendia e entendo eu que por ser instância recursal os membros do Tribunal deveriam ser intitulados desembargadores eleitorais e não juízes eleitorais. Lembrei a todos que tal correção já havia sido feita nos Tribunais Regionais Federais e nos Tribunais Regionais do Trabalho.

Fiz questão que fosse minha última proposta, até para que não dissessem que eu estava querendo promoção pessoal. A proposta foi acolhida e o Regimento Interno foi alterado.

Posteriormente, já com nova composição e analisando propositura do juiz Sebastião Bonfim, o TRE/MA decidiu alterar o Regimento Interno outra vez e retornar à nomenclatura original, voltando os membros a serem intitulados juízes eleitorais.

Entendo que os membros do Tribunal deveriam ser intitulados desembargadores

Pois bem.

Na manhã de hoje, 23 de setembro de 2016, procedendo a um estudo no novo Código de Processo Civil que teve sua vigência iniciada no mês de março próximo passado, observei uma alteração interessante na parte que disciplina a produção da prova testemunhal. Ao tratar da inquirição em residência dos detentores de prerrogativa de função, o novo CPC alterou o inciso IX do artigo 411 do CPC de 1973 que dizia que os juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais serão inquiridos em sua residência ou onde exerçam a sua função. O novo código estabelece no inciso X do artigo 454 que são inquiridos em sua residência ou onde exerçam sua função os desembargadores dos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Corrige-se, assim, por lei federal, um grande equívoco relacionado a esta importantíssima instância recursal da Justiça Eleitoral. Temos agora a Justiça Eleitoral de base representada pelos juízes eleitorais, a instância recursal ordinária representada pelos desembargadores eleitorais membros do Tribunal Regional Eleitoral e a instância recursal extraordinária representada pelos ministros membros do Tribunal Superior Eleitoral.

Alguns poderiam dizer que fui um visionário. Prefiro acreditar que eu e meus pares fomos sensíveis em observar algo que causava estranheza aos jurisdicionados e determinados em fazer a correção.

Espero que os membros do TRE/MA alterem outra vez o Regimento Interno para restabelecer o texto de dezembro de 2013, o qual estava de acordo com o novo Código de Processo Civil.

Fica a dica deste humilde operador do direito.

.....
Advogado


**DE
RELANCE**

Plantão Judiciário

Aprovada pelo TJMA Resolução que dispõe sobre a regulamentação do Plantão Judiciário de 2º Grau da Justiça maranhense. Pela Resolução, este funcionará nos dias em que não houver expediente forense e nos dias úteis, fora do horário de atendimento ao público, que é de 8h às 18h. A medida considera duas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça. O plantão vai operar nos sistemas de permanência e sobreaviso. No sistema de permanência, o atendimento ao público ocorrerá nos horários das 9h às 12h (nos dias em que não houver expediente forense) e das 18h às 21h (nos dias úteis). Já no sistema de sobreaviso, o atendimento será feito no horário das 21h do dia anterior às 8h do dia seguinte, nos dias úteis, Nas datas em que não houver expediente forense, ele funcionará fora do horário das 9h às 12h.

Acusado de matar criança é condenado a 15 anos de reclusão

Em júri promovido pela comarca de Itinga do Maranhão no último dia 21 de setembro, o réu Sidney Moura do Nascimento foi condenado a 15 anos de reclusão por homicídio qualificado cometido contra uma criança de cinco anos. De acordo com a denúncia, o crime aconteceu no dia 22 de agosto de 2010, por volta das 0h30, em um assentamento na zona rural do município. Ainda segundo a denúncia, a criança brincava em frente à casa onde morava, próxima à mãe, quando foi atingida na cabeça por um tiro

de espingarda disparado pelo acusado contra desafetos que se encontravam em uma festa que acontecia perto do local. Segundo os autos, o réu, que se encontrava sob efeito de álcool, fugiu após o ocorrido. A pena deve ser cumprida em regime inicialmente fechado.

Presidiu o julgamento a juíza Alessandra Lima Silva, titular da comarca. A magistrada negou ao réu o direito de responder em liberdade.

Também presidido pela juíza, o júri do promovido pela comarca no último dia 19 terminou com a condenação de

Adriano da Conceição Moura a 19 anos de reclusão em regime inicialmente fechado. O réu respondeu pela acusação de estupro seguido de morte que teve como vítima V. C. F. Apesar de devidamente intimado por edital, o réu não compareceu ao julgamento.

De acordo com os autos, o crime se deu no dia 22 de agosto de 1999, por volta das 15h, em um riacho localizado no povoado Paulistão, no município, quando o denunciado, após constranger a vítima à conjunção carnal, estrangulou-a.

Eleições 2016: força-tarefa garante aumento do efetivo policial nas ruas

A Operação 'Eleições 2016' foi deflagrada no período pré-eleitoral, apurando denúncias de compra de voto, pistolagem e agiotagem no estado, em consórcio com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e Ministério Público (MP-MA). Nesta quinta, o governador Flávio Dino ainda solicitou ao governo federal o envio de mais tropas para o reforço do policiamento Pág. 08

Eleições 2016: força-tarefa garante aumento do efetivo policial nas ruas

A Operação 'Eleições 2016' foi deflagrada no período pré-eleitoral, apurando denúncias de compra de voto, pistolagem e agiotagem no estado, em consórcio com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e Ministério Público (MP-MA)

A partir desta sexta-feira (30), mais policiais estarão nas ruas para garantir a segurança da população e coibir crimes eleitorais em todo o estado. Por meio de parceria entre as polícias Civil, Militar e o Exército Brasileiro, além da convocação de militares lotados em cargos administrativos e oficiais que estariam de folga para cumprir jornada extra operacional remunerada, a Operação 'Eleições 2016' receberá um aumento no efetivo policial para apurar denúncias e coibir eventuais práticas ilícitas. Nesta quinta, o governador Flávio Dino ainda solicitou ao governo federal o envio de mais tropas para o reforço do policiamento.

A Operação 'Eleições 2016' foi deflagrada no período pré-eleitoral, apurando denúncias de compra de voto, pistolagem e agiotagem no estado, em consórcio com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e Ministério Público (MP-MA).

"A segurança nas eleições começa bem antes, com planejamento e início das operações para coibir a presença de pistoleiros nas cidades, imposição de votos à população e atentados contra candidatos", disse o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Frederico Pereira.

Mais policiais nas ruas

O aumento do efetivo policial nas ruas é garantido por meio da convocação de oficiais (tenentes, capitães, majores e coronéis) e praças (sol-



Flávio Dino ainda solicitou ao governo federal o envio de mais tropas para o reforço do policiamento

dados, cabos, sargentos e subtenentes), incluindo militares de funções administrativas e aqueles que estariam de férias, para reforço do contingente policial que deverá atuar nas ruas no dia de votação. "O efetivo escalado para operar no período de votação irá garantir eleições limpas sem prejuízo ao patrulhamento policial realizado normalmente", disse coronel Pereira. "A população pode se tranquilizar, porque estará protegida".

O trabalho de patrulha e fiscalização das eleições realizado pelos militares recebe, ainda, contribuição de agentes da Polícia Civil e do Exército Bra-

sileiro, compondo uma força-tarefa para garantia de segurança na Grande Ilha e no interior do Maranhão. "Trata-se de uma parceria antiga, realizada com o objetivo de dar condições ao cidadão para exercer o direito do voto sem ser coagido", ressaltou comandante da PM.

REVEZAMENTO - Para garantia de probidade nas fiscalizações, a Polícia Militar promove revezamento de comandantes, oficiais e praças, com a finalidade de evitar favorecimento indevido das forças de segurança a determinados candidatos municipais.

"A política, sobretudo no interior, é muito cheia de paixões.

O rodízio é importante para evitar que o policial, um servidor público, se envolva na disputa eleitoral e venha ser acusado futuramente por crime eleitoral. Nesse sentido, é uma decisão tomada em defesa do próprio agente militar", explicou Pereira.

As estratégias da Operação 'Eleições 2016' são traçadas de forma autônoma pelos comandantes da PM em cada município, mas cumprem um padrão operacional que inclui policiamento próximo às zonas eleitorais, patrulhas nos bairros e povoados, abordagem a indivíduos suspeitos e apuração de denúncias de fraudes de crimes eleitorais.

NaPista

• Oficinas de trabalho



Depois de inaugurar duas malharias e uma fábrica de vassouras, em menos de duas semanas, o Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), trabalha para abrir mais nove postos de capacitação profissional, até o fim do ano, no sistema prisional. No total, já são mais de 50 oficinas em funcionamento; e mais de 1.500 internos beneficiados com ações efetivas de ressocialização voltadas à capacitação de apenados.

• Fábricas

Estão previstas uma fábrica de sabonete, que funcionará na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) Feminina de São Luís; mais duas de vassouras, as quais serão instaladas nas UPR's de Timon e Itapecuru-Mirim; uma fábrica de chinelos, que será instalada na UPR de Caxias; a quarta malharia, que atenderá aos presos da UPR São Luís 3; além de quatro oficinas de serigrafia.

• Avanço

"A gestão estadual trabalha com fatos, e a prova disso é que, semana passada, a própria Procuradoria-Geral da República (PGR) reconheceu os avanços no sistema prisional. A ordem do governador Flávio Dino é de avançar ainda mais, e é por isso que já temos, em fase de projeto para 2017, as oficinas de serralheria, confecção de fraudas, manutenção de computadores, fábrica de tijolos ecológicos, lavanderia, e lava-jato", listou o secretário Murilo Andrade de Oliveira.

• Parceria

Já estão em operação três malharias, sendo uma no Hospital Nina Rodrigues (HNR) e as outras duas nas UPR's Feminina e do Olho d'Água. As oficinas de vassouras de garrafas pets, um salão de beleza, que é fruto de parceria com a Secretaria de Estado da Mulher (Semu), três panificadoras são alguns dos empreendimentos que também se encontram em pleno funcionamento nos estabelecimentos carcerários.

• Seleção

Para participar das atividades de reintegração social por meio do trabalho, os internos são selecionados por aptidão, bom comportamento, e liberação judicial, conforme exigências definidas pela Lei de Execuções Penais (LEP). A iniciativa atende ao Termo de Compromisso, firmado em junho de 2015, entre o Governo do Estado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou um plano de ação que contemplasse a capacitação profissional dos detentos.

BateRebate

PLANTÃO JUDICIÁRIO

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou a Resolução nº 54/2016, que dispõe sobre a regulamentação do Plantão Judiciário de 2º Grau da Justiça maranhense. Pela Resolução - aprovada em sessão plenária administrativa do TJMA, no dia 21 deste mês - o Plantão funcionará nos dias em que não houver expediente forense e nos dias úteis, fora do horário de atendimento ao público, que é de 8h às 18h. A medida considera as Resoluções Nº 71/2009 e Nº 152/2012, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com a Resolução, o plantão vai operar nos sistemas de permanência e sobreaviso. No sistema de permanência, o atendimento ao público ocorrerá nos horários das 9h às 12h - nos dias em que não houver expediente forense -, e das 18h às 21h, nos dias úteis. Já no sistema de sobreaviso, o atendimento será feito no horário das 21h do dia anterior às 8h do dia seguinte, nos dias úteis. Nas datas em que não houver expediente forense, ele funcionará fora do horário das 9h às 12h. Conforme o sistema de permanência, o atendimento vai funcionar no térreo do prédio do Tribunal de Justiça, destinado ao recebimento e demais atos legais dos feitos destinados ao plantão, e à prolação de decisão nos processos pelo desembargador plantonista. Já o período de sobreaviso destina-se ao excepcional recebimento de feitos de competência do plantão, cuja apreciação tardia possa ocasionar perecimento de direito. Os procedimentos urgentes iniciados em horário de expediente forense não serão remetidos ao plantão.

Posse

O juiz Nelson Melo de Moraes Rêgo foi empossado pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, na Auditoria da Justiça Militar, da capital, em decorrência de permuta com a juíza Rosária de Fátima Almeida Duarte, cuja aprovação ocorreu em sessão plenária administrativa no dia 21 deste mês. Até então, o magistrado Nelson Melo de Moraes Rêgo atuava como titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final.

Efetivos de policiais reforçam segurança nas eleições no MA



DIVULGAÇÃO

Polícias Civil e Militar e o Exército Brasileiro farão a segurança

ELEIÇÕES 2016

DIVULGAÇÃO/PM



GILSON TEIXEIRA E LEANDRO SOUSA

Polícias Civil e Militar e o Exército Brasileiro farão a segurança

Força-tarefa garante aumento do efetivo policial

ELEIÇÕES 2016

Desde ontem (29), mais policiais estarão nas ruas para garantir a segurança da população e coibir crimes eleitorais em todo o estado. Por meio de parceria entre as polícias Civil, Militar e o Exército Brasileiro, além da convocação de militares lotados em cargos administrativos e oficias que estariam de folga para cumprir jornada extra operacional remunerada, a Operação 'Eleições 2016' receberá um aumento no efetivo policial para apurar denúncias e coibir eventuais práticas ilícitas. Ontem, o governador Flávio Dino ainda solicitou ao governo federal o envio de mais tropas para o reforço do policiamento.

A Operação 'Eleições 2016' foi deflagrada no período pré-eleitoral, apurando denúncias de compra de voto, pistolaagem e agiotagem no estado, em consórcio com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Ministério Público (MPMA).

Mais policiais nas ruas

O aumento do efetivo policial nas ruas é garantido por meio da convocação de oficiais (tenentes, capitães, majores e coronéis) e praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), incluindo militares de funções administrativas e aqueles que estariam de férias, para reforço do contingente policial que deverá atuar nas ruas no dia de votação. "O efetivo escalado para operar no período de votação irá garantir eleições limpas sem prejuízo ao patrulhamento policial realizado normalmente", disse coronel Pereira.

"A segurança nas eleições começa bem antes, com planejamento e início das operações para coibir a presença de pistoleiros nas cidades, imposição de votos à população e atentados contra candidatos", disse o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Frederico Pereira.

Revezamento

Para garantia de probidade nas fiscalizações, a Polícia Militar promove revezamento de comandantes, oficiais e praças, com a finalidade de evitar favorecimento indevido das forças de segurança a determinados candidatos municipais. "A política, sobretudo no interior, é muito cheia de paixões. O rodízio é importante para evitar que o policial, um servidor público, se envolva na disputa eleitoral e venha ser acusado futuramente por crime eleitoral. Nesse sentido, é uma decisão tomada em defesa do próprio agente militar", explicou Pereira. As estratégias da Operação 'Eleições 2016' são traçadas de forma autônoma pelos comandantes da PM em cada município, mas cumprem um padrão operacional que inclui policiamento próximo às zonas eleitorais, patrulhas nos bairros e povoados, abordagem a indivíduos suspeitos e apuração de denúncias de fraudes de crimes eleitorais.



Posse

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, prestigiou, na quarta-feira (28), a cerimônia de posse dos juízes Rosária de Fátima Almeida Duarte e Nelson Melo de Moraes Rêgo, respectivamente, na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e na Auditoria da Justiça Militar, localizadas no termo judiciário de São Luís. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, presidiu o ato de posse. A corregedora Anildes Cruz parabenizou os juízes e destacou o compromisso destes com a prestação jurisdicional célere e eficaz.



MP pede interdição de presídio em Imperatriz

O Ministério Público do Maranhão solicitou a interdição parcial e planejada da Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz. A Ação de Interdição foi proposta, em 22 de setembro, pela 5ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz e encaminhada à apreciação da Vara de Execução Penal da comarca. O MPMA solicita que presos de outras comarcas só sejam recebidos no estabelecimento com expressa autorização judicial. De acordo com o promotor de Justiça Domingos Eduardo da Silva, autor da manifestação, o pedido foi feito por conta da superlotação.



O Imparcial
@imparcialonline



Following

Portal de Transparência da Câmara de São Luís deve detalhar informações, decide juiz.

bit.ly/2dd0Urp #oimparcial90anos

View translation



Eleições 2016: força-tarefa garante aumento do efetivo policial nas ruas

A partir desta quinta-feira (29), mais policiais estarão nas ruas para garantir a segurança da população e coibir crimes eleitorais em todo o estado. Por meio de parceria entre as polícias Civil, Militar e o Exército Brasileiro, além da convocação de militares lotados em cargos administrativos e oficiais que estariam de folga para cumprir jornada extra operacional remunerada, a Operação 'Eleições 2016' receberá um aumento no efetivo policial para apurar denúncias e coibir eventuais práticas ilícitas. Nesta quinta, o governador Flávio Dino ainda solicitou ao governo federal o envio de mais tropas para o reforço do policiamento.

A Operação 'Eleições 2016' foi deflagrada no período pré-eleitoral, apurando denúncias de compra de voto, pistolagem e agiotagem no estado, em consórcio com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e Ministério Público (MP-MA).

"A segurança nas eleições começa bem antes, com planejamento e início das operações para coibir a presença de pistoleiros nas cidades, imposição de votos à população e atentados contra candidatos", disse o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Frederico Pereira.

Mais policiais nas ruas

O aumento do efetivo policial nas ruas é garantido por meio da convocação de oficiais (tenentes, capitães, majores e coronéis) e praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), incluindo militares de funções administrativas e aqueles que estariam de férias, para reforço do contingente policial que deverá atuar nas ruas no dia de votação. "O

efetivo escalado para operar no período de votação irá garantir eleições limpas sem prejuízo ao patrulhamento policial realizado normalmente", disse coronel Pereira. "A população pode se tranquilizar, porque estará protegida".

O trabalho de patrulha e fiscalização das eleições realizado pelos militares recebe, ainda, contribuição de agentes da Polícia Civil e do Exército Brasileiro, compondo uma força-tarefa para garantia de segurança na Grande Ilha e no interior do Maranhão. "Trata-se de uma parceria antiga, realizada com o objetivo de dar condições ao cidadão para exercer o direito do voto sem ser coagido", ressaltou comandante da PM.

Revezamento

Para garantia de probidade nas fiscalizações, a Polícia Militar promove revezamento de comandantes, oficiais e praças, com a finalidade de evitar favorecimento indevido das forças de segurança a determinados candidatos municipais.

"A política, sobretudo no interior, é muito cheia de paixões. O rodízio é importante para evitar que o policial, um servidor público, se envolva na disputa eleitoral e venha ser acusado futuramente por crime eleitoral. Nesse sentido, é uma decisão tomada em defesa do próprio agente militar", explicou Pereira.

As estratégias da Operação 'Eleições 2016' são traçadas de forma autônoma pelos comandantes da PM em cada município, mas cumprem um padrão operacional que inclui policiamento próximo às zonas eleitorais, patrulhas nos bairros e povoados, abordagem a indivíduos suspeitos e apuração de denúncias de fraudes de crimes eleitorais.

Comarca arrecada brinquedos

Os servidores da comarca de Senador La Roque lançaram nesta quinta-feira (29) a campanha “Doe um Brinquedo e ganhe um Sorriso” que visa arrecadar brinquedos para crianças carentes do município. Segundo o auxiliar judiciário Flávio Gomes, a campanha é destinada ao público em geral e objetiva receber doações de brinquedos que serão entregues às crianças da Escola Municipal Deures de Deus Moreno, localizada no bairro Alto da Pipira, em Senador La Roque. Uma caixa personalizada foi disponibilizada na entrada do fórum para receber as doações. A entrega dos brinquedos arrecadados na campanha será feita no próximo dia 12 de Outubro.

Comarca de Itapecuru adere à campanha “Setembro Amarelo”

A comarca de Itapecuru-Mirim realizou, na terça-feira (27), eventos em adesão à campanha “Setembro Amarelo, de valorização da vida e prevenção ao suicídio, promovida pela Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Com o tema “O valor da vida”, as ações tiveram o apoio da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) e da Unidade Prisional de Recuperação do município. Os eventos ocorreram na sede da Apac e na UPR, reunindo cerca de 50 pessoas, incluindo autoridades, servidores e internos dessas unidades. Os participantes foram recepcionados com folders, cartazes e com um laço amarelo.

A juíza da comarca, Mirella Freitas, ressaltou a importância

da temática e destacou a iniciativa do Poder Judiciário em promover o bem-estar social da população carcerária, bem como o trabalho levado à frente pelo desembargador Froz Sobrinho, Coordenador-Geral da UMF.

PALESTRA

Durante a ação, o psicólogo Paulo Siqueira Rodrigues, da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) do TJMA, proferiu as palestras sobre a temática “A vida vale mais”, acerca de experiências vividas ao longo da vida dos internos e demais participantes, com destaque para as experiências da infância. Rodrigues destacou, ainda, a importância da valorização da história de vida de cada pessoa, para que consigam superar traumas e se posicionar com mais leveza diante dos problemas existenciais.

Processos das comarcas de Pedreiras e Igarapé Grande passam por correição

As comarcas de Pedreiras e Igarapé Grande passam por uma correição ordinária, no período de 26 a 30 de setembro. A juíza corregedora Rosângela Prazeres preside os trabalhos, auxiliada por uma equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça. Os trabalhos correicionais estão sendo realizados junto às 1ª, 2ª e 3ª vara de Pedreiras e Vara Única de Igarapé Grande, conforme o calendário anual de correições divulgado à população pela Corregedoria Geral da Justiça.

Além da regularidade no andamento dos processos judiciais, a equipe da Corregedoria verifica as condições de funcionamento do Fórum local e já constatou algumas deficiências que estão sendo registradas em um relatório a ser apresentado à Corregedoria.

Segundo informações da correição, o espaço físico das unidades correicionadas em Pedreiras é reduzido, considerando o número de processos em tramitação, dificultando o atendimento da demanda. O detector de metais, que deveria dar reforço à segurança da unidade, está sem funcionar. Foi notada, ainda, a ausência de local reservado para a espera dos presos para as audiências.



Data Venia

Mozart Baldez

MOZARTBALDEZADVOGADO@BOL.COM.BR

PARA PREFEITO VOTE FLAVIO DINO (PCB) E PARA VICE ROSEANA SARNEY (PMDB): O SONHO ACABOU!

DIVULGAÇÃO



Passou trinta anos viajando pelo mundo. Cansado da maratona internacional retornou para sua terra natal: a Ilha do Amor. Na chegada ao Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado ficou deslumbrado e eufórico com a magnitude da infraestrutura oferecida aos viajantes. Parecia Guarulhos em São Paulo ou John F. Kennedy, em Nova York.

Sol ardente na ilha, pegou um táxi tipo Uber, com ar condicionado, quatro portas e de última geração, suco e água a bordo, motorista poliglota de paletó e gravata, seguiu com destino a um hotel cinco estrelas.

Chegando ao retorno do Tirirical optou pelo itinerário a passar pelo centro da cidade. Já no bairro do João Paulo o tráfego era intenso mas a avenida era de quatro faixas fluindo como nos grandes centros urbanos. Não havia lixo nas ruas e sequer um papel jogado na calçada. De dez em dez metros foram instalados vários contentores de lixo. Todos os meios fios estavam intactos com belos jardins nos canteiros: eram babaçus e palmeiras simbolizando os poemas de Gonçalves Dias. A CEMAR E CAEMA foram privatizadas e as faturas de consumo eram as mais baratas do país com um serviço de qualidade e não faltava mais água na cidade. O servidores de ambas as empresas foram todos reciclados e tratavam educadamente os consumidores.

No Barreto aonde fica o Estádio Castelão, do alto do Outeiro da Cruz avistou casas populares planejadas e ao lado um complexo esportivo aberto ao público com professores especializados e com pista de atletismo, piscina olímpica, campos de futebol, kartódromo, enfim, uma série de locais destinados à prática esportiva, tudo bem administrado que dava gosto de ver.

No Canto da Fabril o táxi deu uma leve paradinha para apresentar o legendário Estádio Nhozinho Santos todo reformado, com churrasceria e estacionamento de primeiro mundo. O gramado era importado do Japão. Diuturnamente, segundo informações do motorista uma imensidão de jovens frequentavam escolinhas de futebol coordenada pela Secretaria de Esportes do Município que funcionava lá mesmo.

Passando pela Praça de Deodoro ficou assustado quando percebeu que os camelos e vendedores ambulantes foram transferidos para um shopping exclusivo. Os prédios todos reformados e conservados. Os trens de superfícies passavam sob trilhos como em Londres e Paris.

Na Praça João Lisboa todos os inícios de tarde artistas maranhenses se apresentavam para uma legião de turistas em um palco fixo (era proibido passar carros) e uma feira permanente foi construída onde artesãos e artistas plásticos comercializavam seus produtos. Os prédios tombados como patrimônio histórico incrivelmente foram todos reformados, eram conservados e destinados à exploração de museus, cafés, restaurantes, lanchonetes de grife, livrarias, etc.

Mais tarde acometido de uma dor de cabeça, talvez pela diferença de fuso horário, deslocou-se por indicação do motorista ao Hospital do Socorrão I. Atendimento padrão da cidade, com recepcionistas bilíngue, assistente social, médicos de todas as especialidades e leitos para internação praticamente vazios.

Diziam as propagandas televisivas que em São Luís MA, os médicos municipais visitavam os doentes e não doentes em suas próprias casas fazendo a chamada medicina preventiva. Tanto é que os hospitais estavam vazios. As consultas emergenciais eram agendas pelo sistema que funcionava 24 horas. Não havia fila naquele estabelecimento de saúde. Não faltavam remédios.

Em visita ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão em uma sexta-feira atarde todos os desembargadores despachavam normalmente às 16 horas, inclusive uma ou outra câmara fazia seção. No Fórum do Calhau, também expediente normal durante a tarde e o estacionamento era aberto ao público por ordem de chegada. Não havia privilégios. Os pedidos de liminares eram julgados no dia do ajuizamento das ações. No interior todos os juizes moravam nas comarcas e elas funcionavam de segunda a sexta com a presença do magistrado.

O Ministério Público e a Procuradoria de Justiça denunciavam ricos e pobres, pretos e brancos sem distinção. Inclusive membros do Tribunal de Contas, Juizes, desembargadores, procuradores, deputados, vereadores, prefeito e governador.

A Polícia Militar e Civil faziam rodas ostensivas 24 hs em todas as regiões principalmente nos bairros mais pobres da capital. Pobres e ricos eram presos sem distinção. Os salários eram os melhores do país e os equipamentos de primeiro mundo. Era só ligar o 190 que a guarnição chegava em 5 minutos.

As praias cada vez mais belas. Todas lotadas de turistas com roupas de banho curtindo a clareza d'água. A lagoa da Janssen equipada com pedalinhos, jet-ski e pequenas embarcações para passeios, tendo ao centro um lindo bar flutuante sem nenhum odor.

Em visita na Assembleia Legislativa do Maranhão e na Câmara dos Vereadores percebeu-se que o expediente era em dois períodos e os parlamentares trabalhavam com afino, inclusive com seções extraordinárias durante anoite, sábados, domingos e feriados. A pauta estava em dia.

Dando uma volta no complexo penitenciário de Pedrinhas constatou em seu redor a construção de uma série de indústrias onde os detentos trabalhavam durante o dia e se recolhiam no período noturno. Não havia mais rebelião e nem facção criminosa.

A feira da Praia Grande, do Mercado Central, do Peixe e do João Paulo foram todas reformadas e pareciam mais mini shoppings. Os banheiros cheiravam a naftalina. Tinha até praça de alimentação.

O mais surpreendente de tudo foi a eliminação dos esgotos que jorravam detritos pelas ruas e praias da cidade. Foram todos debelados.

Por derradeiro o Sampaio Correa e Moto Clube chegaram à primeira divisão e a família Sarney não tinha mais oposição. Nas eleições de domingo para prefeito diziam as propagandas eleitorais vote Flávio Dino e para vice Roseana Sarney pela coligação ESQUEÇAM O PASSADO!

ENFIM, O ALARME DO CELULAR TOCOU E O SONHO ACABOU! VOLTAMOS A NOSSA REALIDADE.

Imperatriz **MPMA pede interdição parcial de novo presídio**

O Ministério Público do Maranhão solicitou a interdição parcial e planejada da Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI-2). A Ação de Interdição foi proposta, em 22 de setembro, pela 5ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz e encaminhada à apreciação da Vara de Execução Penal da comarca.

Após a interdição, o MPMA solicita que presos de outras comarcas só sejam recebidos no estabelecimento com expressa autorização judicial.

De acordo com o promotor de justiça Domingos Eduardo da Silva, autor da manifestação, o pedido foi feito por conta da superlotação das unidades prisionais e da falta de conclusão das obras, o que ocasiona graves problemas à segurança.

Na última inspeção realizada pelo Ministério Público, foi constatado que a unidade possui 248 presos, 44 a mais do que

o permitido. Paralelo a isso, a unidade prisional só possui 19 agentes e 40 auxiliares penitenciários que se revezam em escala de plantão. “Desde que o presídio foi inaugurado, há menos de um ano, já houve uma morte, duas fugas e outras duas tentativas de fuga. Isso se deve ao quadro insuficiente de funcionários e à falta de conclusão das obras do prédio”, ressalta o promotor Domingos Eduardo.

OUTROS PEDIDOS

O MPMA pede também a devolução imediata de todos os presos de outros estados ou de cidades do Maranhão às comarcas de origem, salvo os que têm execução penal em Imperatriz. Requer, ainda, a transferência programada e sem permuta dos presos excedentes para outras unidades prisionais do estado, caso não seja suficiente a medida anterior.

Plantão Judiciário de 2º Grau passará a prestar atendimento ao público

O Pleno do Tribunal de Justiça aprovou Resolução que regulamenta o Plantão Judiciário de 2º Grau, que funcionará nos dias em que não houver expediente forense e nos dias úteis, fora do horário de atendimento ao público, que é de 8h às 18h. A medida considera Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O plantão vai operar nos sistemas de permanência e sobreaviso. No sistema de permanência, o atendimento ao público ocorrerá nos horários das 9h às 12h – nos

dias em que não houver expediente forense –, e das 18h às 21h, nos dias úteis. No de sobreaviso, das 21h do dia anterior às 8h do dia seguinte, nos dias úteis, Nas datas em que não houver expediente forense, ele funcionará fora do horário das 9h às 12h.

A Presidência do TJMA irá lançar Edital para selecionar servidores do quadro efetivo interessados em atuar no Plantão, mediante folgas compensatórias. Os servidores receberão treinamento correspondente a, no mínimo, oito horas-aula.

Presidente do TJMA empossa juiz na Auditoria da Justiça Militar

O juiz Nelson Melo de Moraes Rêgo foi empossado pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, na Auditoria da Justiça Militar, da capital, em decorrência de permuta com a juíza Rosária de Fátima Almeida Duarte, cuja aprovação ocorreu em sessão plenária administrativa no dia 21 deste mês. Até então, o magistrado Nelson Melo de Moraes Rêgo atuava como titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís, de entrância final.

